

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.ª SL

Aos 16 dias do mês de setembro de 2020, pelas 9 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Nomeação de Deputado relator para a elaboração de pareceres sobre a constitucionalidade dos Projetos de Lei n.ºs 481/XIV/1.ª (CH) - Estabelece um número máximo de Ministros no Governo da República, e 482/XIV/1.ª (CH) - Circunscreve o exercício dos cargos de Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, apenas a indivíduos portadores de nacionalidade portuguesa originária em equiparação ao que acontece para a função presidencial, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, a solicitação do Presidente da Assembleia da República [Despachos n.ºs 52 e 53//XIV, respetivamente];**
4. **Preparação da adoção das diligências legais relativas à Iniciativa Popular de Referendo n.º 1/XIV - Sobre (des)Penalização da morte a pedido;**
5. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - A)
Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.ª (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas; Relator: Deputado António Filipe (PCP)
 - B)
Projeto de Lei n.º 30/XIV/1.ª (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING");
Projeto de Lei n.º 73/XIV/1.ª (PSD) - Regulamentação do lobbying;
Projeto de Lei n.º 181/XIV/1.ª (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março);
Projeto de Lei n.º 253/XIV/1.ª (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses;
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
 - C)
Projeto de Lei n.º 451/XIV/1.ª (CH) - Pela defesa do património material português e da importância da totalidade dos monumentos públicos em especial todos aqueles que representem feitos, símbolos ou figuras de reconhecido mérito histórico;
Relator: Deputado Telmo Correia (CDS-PP)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.ª SL

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 265/XIV/1.ª (BE) - Recomenda a criação de suplementos remuneratórios para a carreira de guarda florestal;
7. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 303/XIV/1.ª (Nisnc) - De solidariedade para com Danièle Obono;
8. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Justiça sobre a recente nomeação para o cargo de Procurador Europeu de Portugal;

Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamento do BE para audição de Representante do Núcleo de Infância e Juventude da Unidade de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, I.P.;

9. Outros assuntos.

11:00 Horas

Audição da Senhora Provedora de Justiça para apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2019, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

INICIATIVA POPULAR DE REFERENDO

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
1/XIV/1.ª Cidadãos	"Sobre a (des)penalização da morte a pedido"	Deputado António Filipe (PCP)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 589/XIV/1 (CH)	Pela implementação do instituto de trabalho obrigatório de reflorestação para condenados pelo crime de incêndio florestal	Aguarda indicação do proponente (e-mail enviado em: 16.09.2020)

Os trabalhos prosseguiram com o anúncio dos seguintes projetos de votos que baixaram à Comissão:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.ª SL

298/XIV/1.ª (PSD)	Projeto de Voto de Pesar pela morte de Bruno Candé Marques
300/XIV/1.ª (BE)	Projeto de Voto pelo falecimento de Bruno Candé Marques
301/XIV/1.ª (JKM)	Projeto de Voto de Pesar pela morte de Bruno Candé Marques

O Senhor Presidente comunicou que a apreciação e votação desses três projetos de voto, nos termos do disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, seria agendada para a reunião seguinte da Comissão.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, foram designados relatores o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) e a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) para a elaboração dos pareceres sobre constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, dos Projetos de Lei n.ºs [481/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Estabelece um número máximo de Ministros no Governo da República, e [482/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Circunscreve o exercício dos cargos de Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, apenas a indivíduos portadores de nacionalidade portuguesa originária em equiparação ao que acontece para a função presidencial, respetivamente.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, relativo à preparação das diligências legais a adotar quanto à [Iniciativa Popular de Referendo n.º 1/XIV/1.ª](#) – Sobre (Des)Penalização da morte a pedido, foi o Senhor Deputado António Filipe (PCP) incumbido de dar cumprimento ao disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 20.º da Lei Orgânica do Regime do Referendo, nomeadamente no que se refere à fixação de uma data para a Comissão ouvir o representante do grupo de cidadãos eleitores, bem como à elaboração do projeto de resolução que incorpore o texto da iniciativa de referendo, dentro do prazo legal

No quinto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do [parecer](#) sobre a [Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.ª \(GOV\)](#) - Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado António Filipe (PCP), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.ª SL

PP, do PAN do Deputado único representante do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira.

Em seguida, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), sobre o parecer conjunto que ficara de elaborar sobre os Projetos de Lei n.ºs [30/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"); [73/XIV/1.ª \(PSD\)](#) - Regulamentação do lobbying; [181/XIV/1.ª \(PAN\)](#) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março); e [253/XIV/1.ª \(PS\)](#) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses, informou que não o concluíra, uma vez que o agendamento da discussão, na generalidade, em Plenário dos mesmos, inicialmente prevista para o dia seguinte, não se iria concretizar, tendo a respetiva discussão sido adiada para uma data ainda não determinada, possivelmente depois do debate do Orçamento do Estado para 2021. Com base nessa informação, o Senhor Presidente comunicou que agendaria de novo a apreciação e votação do parecer logo que o mesmo chegasse aos serviços de apoio à Comissão.

Seguiu-se a apreciação do [parecer](#) sobre o [Projeto de Lei n.º 451/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Pela defesa do património material português e da importância da totalidade dos monumentos públicos em especial todos aqueles que representem feitos, símbolos ou figuras de reconhecido mérito histórico, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado Telmo Correia (CDS-PP), e, após as intervenções das Senhoras Deputadas Isabel Alves Moreira (PS) e Mónica Quintela (PSD), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do Deputado único representante do CH.

No ponto seis, teve início a discussão do [Projeto de Resolução n.º 265/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda a criação de suplementos remuneratórios para a carreira de guarda florestal, que dera entrada na Assembleia da República em 21 de fevereiro de 2020, tendo baixado à Comissão em 9 de setembro de 2020, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.^a SL

requerimento do Grupo Parlamentar proponente, que alterou a indicação inicialmente transmitida (uma vez que, em 4 de março de 2020, requerera a subida do identificado projeto de resolução para Plenário, para agendamento da sua discussão).

Intervieram na discussão as Senhoras Deputadas Sandra Cunha (BE) e Romualda Fernandes (PS), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) fez a apresentação da iniciativa, elencando as funções desempenhadas pelos elementos civis da Guarda Florestal do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR) e salientando que tais funções eram semelhantes às desempenhadas pelos elementos militares do SEPNA da GNR, apesar dos primeiros auferirem remunerações inferiores a estes. Sublinhou também que os elementos civis do corpo da Guarda Florestal do SEPNA da GNR detinham maior formação para o exercício das respetivas funções, que se caracterizavam pela sua especificidade e especial penosidade. Consequentemente, referiu que o Grupo Parlamentar do BE considerava que estas duas categorias profissionais deveriam ser equiparadas ao nível remuneratório, designadamente através da criação de suplementos remuneratórios a atribuir aos elementos civis da Guarda Florestal do SEPNA da GNR.

A Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS), que interveio via *Skype*, iniciou a sua intervenção afirmando que o Grupo Parlamentar do PS não podia estar de acordo com a posição do Grupo Parlamentar do BE, uma vez que se tratavam de carreiras distintas e que as funções desempenhadas também eram diferentes. Recordou que os militares do SEPNA da GNR tinham um horário de trabalho de 8 horas, enquanto os elementos civis da Guarda Florestal do SEPNA da GNR tinham um horário de trabalho de 7 horas, sendo que os elementos civis da Guarda Florestal do SEPNA da GNR não trabalhavam à noite. Realçou que os elementos civis da Guarda Florestal do SEPNA da GNR só fiscalizavam as atividades da caça e da pesca, sendo que os militares do SEPNA da GNR fiscalizavam mais atividades. Mencionou igualmente que os militares recebiam suplementos remuneratórios que decorriam da sua condição militar e, como tal, esses suplementos não poderiam ser atribuídos aos elementos civis.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.ª SL

No final do debate, a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) referiu que as diferenças remuneratórias não podiam resultar dos horários e funções serem distintos, visto que, apesar de os militares do SEPNA da GNR terem funções específicas que decorriam da condição militar, para determinadas funções os elementos civis da Guarda Florestal do SEPNA estavam sujeitos à mesma carga horária dos militares, também cumpriam escalas e tinham mais formação. Pelo que, não se justificava a diferença salarial de 350 euros mensais entre as duas categorias profissionais.

No ponto seguinte, foi discutido, nos termos do 1.º dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, Projeto de voto n.º 303/XIV/1.ª (Ninsc Joacine Katar Moreira) – [De solidariedade para com Danièle Obono](#), tendo usado da palavra as Senhoras Deputadas Joacine Katar Moreira (Ninsc), Mónica Quintela (PSD), Romualda Fernandes (PS) e Beatriz Gomes Dias (BE). No final, submetido a votação, o Projeto de Voto foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado único do CH.

No oitavo ponto da ordem de trabalhos, a solicitação do Grupo Parlamentar do PS, através da Senhora Deputada Cláudia Santos, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Ministra da Justiça sobre a recente nomeação para o cargo de Procurador Europeu de Portugal.

Seguiu-se a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição de Representante do Núcleo de Infância e Juventude da Unidade de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, I.P., que foi apresentado pela Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), que explicitou tratar-se de uma audição complementar às três audições anteriormente requeridas pelo BE sobre a mesma temática, tendo duas delas já sido realizadas na Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação e estando a terceira agendada para a semana seguinte nessa Subcomissão. Após a intervenção da Senhora Deputada Elza Pais (PS), que declarou fazer todo o sentido, tal como o Senhor Presidente já sugerira, que também a audição proposta, no caso de ser aprovada, tivesse lugar na Subcomissão, o requerimento foi



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.^a SL

submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do Deputado único representante do CH.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente informou a Comissão que já acordara com o Senhor Ministro da Administração Interna uma data para a realização da visita de trabalho ao espaço equiparado a centro de instalação temporária do Aeroporto de Lisboa, previsivelmente numa terça-feira, no dia 29 de setembro ou no dia 6 de outubro próximos. A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) solicitou que a mesma tivesse lugar preferencialmente no dia 6 de outubro.

Sobre as audições regimentais dos Ministros, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, o Senhor Presidente comunicou que o Governo enviara uma proposta de calendário que iria fazer circular pelos Senhores Deputados Coordenadores, e acrescentou que ainda não fora fixada, em Conferência de Líderes, a grelha dos tempos global para as audições regimentais, prevista no n.º 9 do artigo 104.º. Por fim, referiu que aguardava o envio, pelas subcomissões, de propostas para integrar o plano de atividades da 2.ª sessão legislativa

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Senhora Provedora de Justiça (Maria Lúcia Amaral) para apresentação do Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2019, incluindo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção.

O Senhor Presidente começou por agradecer a presença da Senhora Provedora de Justiça, esclarecendo a metodologia definida para o decurso dos trabalhos e dando-lhe, de seguida, a palavra para uma intervenção inicial.

Seguiram-se as intervenções dos Grupos Parlamentares, tendo usado da palavra as Senhoras Deputadas Isabel Rodrigues e Elza Pais (PS) e Mónica Quintela (PSD) e o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), tendo a Senhora Provedora respondido no final às questões colocadas.

Numa segunda volta intervieram, por um período máximo de 2 minutos, a Senhora Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira, o Senhor Deputado Duarte Marques

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.^a SL

(PSD) e a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE), colocando questões, às quais a Senhora Provedora deu resposta na sua intervenção final.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Provedora de Justiça, dando por concluída a audição

A audição foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de setembro de 2020.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 1/XIV/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joacine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Catarina Rocha Ferreira
Filipe Neto Brandão
Jorge Lação
José Cancela Moura

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: